

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP tem vindo a intervir desde há muito na denúncia dos problemas graves do transporte fluvial na Soflusa e Transtejo, e na situação caótica para os utentes e trabalhadores, bem como na defesa das medidas urgentes para responder a esses problemas de funcionamento do transporte público.

No quadro do acompanhamento que realizamos à situação que se tem verificado naquela ligação fluvial, fomos confrontados com a informação da presença de patrulhamento militar no interior do Terminal Fluvial do Barreiro. Concretamente, existem registos de imagem, captados no passado dia 10 deste mês, que dão conta de equipas cinotécnicas, eventualmente do Corpo de Fuzileiros, numa das salas de embarque do Terminal.

Ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Em que consistiu e a que título foi decidida a deslocação para o Terminal Fluvial do Barreiro dos militares em causa?
2. Qual o enquadramento legal da referida operação?
3. Para além da manhã do dia 10 de outubro, em que outros momentos estiveram militares das Forças Armadas colocados neste Terminal?

Palácio de São Bento, 18 de outubro de 2017

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)

FRANCISCO LOPES(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)

---

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.